

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	9

1.ª PARTE TUTELA PROVISÓRIA

1. PERFIS DA TUTELA PROVISÓRIA	21
1.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória	21
1.2. Tutelas de urgência e de evidência	27
1.3. Tutelas antecedente (<i>ante causam</i>) ou incidental	27
1.4. Tutelas satisfativa, interinal e autônoma	28
1.5. Regras sobre a definição do juízo competente. Resiliência. <i>Translatio judicii</i>	29
1.6. Relações entre os juízos arbitral e estatal, concessão e efetivação da tutela provisória	32
1.7. Sumariedade da cognição e fundamentação da decisão sobre a tutela provisória.....	33
2. ATIPICIDADE E PODER GERAL DE TUTELA PROVISÓRIA.....	35
2.1. Do poder geral de cautela ao poder geral de tutela provisória: primeira aproximação	35
2.2. O caminho percorrido até se chegar à atipicidade da tutela provisória.....	37
2.3. Tutela provisória típica e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador	41
2.4. Atipicidade dos meios de realização da tutela provisória.....	43
3. A TUTELA DE URGÊNCIA	45
3.1. Aproximações e distinções entre as formas de tutela de urgência. Fungibilidade entre tutelas cautelar e antecipada	45

3.2.	Provisoriamente da tutela satisfativa e temporariedade da tutela cautelar.....	48
3.3.	<i>Periculum in mora</i> . Perigo de dano e perigo de demora	49
3.4.	<i>Fumus boni iuris</i> e probabilidade do direito. Urgência e sumariedade da cognição.....	51
3.5.	Importância do bem jurídico tutelado. Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i>	53
3.6.	Liminar <i>inaudita altera parte</i> e contraditório diferido. Justificação prévia	54
3.7.	Responsabilidade objetiva do demandante	55
3.8.	Caução (contracautela).....	57
4.	TUTELA ANTECIPADA	59
4.1.	Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação. Tutela <i>ante causam</i> ?.....	59
4.2.	Liminar e aditamento da petição inicial.....	60
4.3.	Emenda da inicial, em caso de indeferimento da liminar. Aditamento	61
4.4.	Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso”. Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas	62
4.5.	Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas	67
4.6.	Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC/2015	69
4.7.	Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma. Ultratividade e desnecessidade de apresentação de pedido principal	70
4.8.	Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes.....	72
4.9.	Provisoriamente e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada	74
5.	TUTELA CAUTELAR	77
5.1.	Tutela cautelar em caráter antecedente.....	77
5.2.	“Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedimental do requerimento de tutela de urgência.....	78

5.3.	O rol exemplificativo de medidas cautelares previsto no CPC de 2015.....	79
5.4.	Citação, resposta do réu e revelia	82
5.5.	Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar.....	82
5.6.	Prazo para apresentação do pedido principal	84
5.7.	Variações sobre a apresentação da resposta.....	85
5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.....	86
5.9.	Sentença cautelar e coisa julgada	88
6.	TUTELA DA EVIDÊNCIA	91
6.1.	Sentido de “evidência”	91
6.2.	Presença de urgência e tutela da evidência	92
6.3.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte	92
6.4.	Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente	92
6.5.	Pedido reipersecut�rio fundado em prova documental do contrato de depósito	93
6.6.	Não oposição, pelo réu, de prova capaz de gerar d�vida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor	94
6.7.	Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa aut�noma.....	94
7.	TUTELA PROVISÓRIA NOS TRIBUNAIS.....	97
7.1.	Aspectos gerais.....	97
7.2.	Tutela provisória e a�o rescisória	98
7.3.	Tutela provisória recursal	99

2.^a PARTE

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

8.	PERFIS GERAIS DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	111
-----------	---	------------

9. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	113
9.1. Consignação extrajudicial e judicial em pagamento	113
9.2. Demanda de consignação judicial	114
9.3. Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial.....	116
9.4. Julgamento	118
10. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	121
10.1. Direito de exigir contas	121
10.2. Apresentação da demanda.....	123
10.3. Resposta do réu e desdobramentos.....	124
10.4. Natureza da decisão e recurso cabível	126
11. AÇÕES POSSESSÓRIAS	129
11.1. Tutela processual da posse	129
11.2. Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório.....	130
11.3. Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração.....	131
11.4. Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade	131
11.5. Demanda possessória. Natureza executiva.....	132
11.6. Juízos possessório e petitório	133
11.7. Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública	134
11.8. Tutelas de urgência e de evidência da posse.....	136
11.9. Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel	136
12. AÇÕES DE DIVISÃO E DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	141
12.1. Ações divisórias. Demarcação e divisão.....	141
12.2. Princípio da especialidade e georreferenciamento	142
12.3. Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo.....	143
12.4. Demarcação	144
12.5. Divisão	147
13. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	151
13.1. Precisões terminológicas. Natureza da ação.....	151
13.2. Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações.....	152

13.3. Citação e resposta	154
13.4. Liquidação da quota e apuração de haveres sociais.....	156
14. INVENTÁRIO E PARTILHA	161
14.1. Finalidade e natureza do inventário	161
14.2. Inventário extrajudicial.....	162
14.3. Requerimento de inventário.....	163
14.4. Administrador provisório e inventariante.....	164
14.5. Primeiras declarações	168
14.6. Citações e impugnações.....	169
14.7. Colações	170
14.8. Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações.....	170
14.9. Pagamento das dívidas.....	172
14.10. Partilha	176
14.11. Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão.....	177
14.12. Sobrepartilha.....	178
14.13. Arrolamento sumário. Alvará judicial	179
15. EMBARGOS DE TERCEIRO	183
15.1. Finalidade.....	183
15.2. Prazo para a oposição dos embargos de terceiro	185
15.3. Apresentação da demanda.....	186
15.4. Liminar	187
15.5. Citação e resposta	187
15.6. Julgamento dos embargos de terceiro.....	189
16. OPOSIÇÃO	191
16.1. Natureza	191
16.2. Aspectos procedimentais.....	192
17. HABILITAÇÃO.....	193
18. AÇÕES DE FAMÍLIA	195
18.1. Disposições a serem observadas em ações de família.....	195
18.2. Primazia da solução consensual da controvérsia	196
18.3. Intervenção do Ministério Público	197
18.4. Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz. Depoimento especial.....	197

19. AÇÃO MONITÓRIA	201
19.1. Técnica monitoria.....	201
19.2. Elementos da petição inicial.....	201
19.3. Decisão que admite a pretensão monitoria.....	204
19.4. Cumprimento do mandado pelo réu.....	204
19.5. Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa.....	205
19.6. Apresentação de embargos à ação monitoria pelo réu.....	206
20. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	209
21. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	211
22. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	213

3.^a PARTE

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

23. PERFIS GERAIS DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURIS- DIÇÃO VOLUNTÁRIA	219
23.1. Natureza	219
23.2. Regras processuais comuns	221
24. NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO	223
25. ALIENAÇÃO JUDICIAL	225
26. DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSEN- SUAL DA UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS NO MATRIMÔNIO	227
26.1. Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável.....	227
26.2. Alteração do regime de bens do casamento.....	229
27. TESTAMENTOS E CODICILOS	231
28. HERANÇA JACENTE	233
29. BENS DE AUSENTES	235
30. COISAS VAGAS	237
31. INTERDIÇÃO	239

32. TUTELA E CURATELA	247
33. ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	249
34. RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCES- SOS TESTEMUNHÁVEIS A BORDO	251
BIBLIOGRAFIA	253